



Número: **0806221-76.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **13/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ARGEMIRO DE LIMA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7398363	13/04/2017 15:55	Petição Inicial	Petição Inicial
7398377	13/04/2017 15:55	INICIAL	Outros Documentos
7398381	13/04/2017 15:55	DEC DE POBREZA E PROCURACAO	Outros Documentos
7398386	13/04/2017 15:55	DOC PESSOAL	Outros Documentos
7398387	13/04/2017 15:55	ENTRADA ADM	Outros Documentos
7398391	13/04/2017 15:55	B.O.	Outros Documentos
7398392	13/04/2017 15:55	DOC MEDICA	Outros Documentos
8504986	30/06/2017 12:04	Despacho	Despacho
8541994	03/07/2017 17:45	Mandado	Mandado
9013829	03/08/2017 11:43	Petição	Petição
9013905	03/08/2017 11:43	EMENDAR INICIAL - ARGEMIRO DE LIMA	Outros Documentos
9026245	04/08/2017 10:11	Despacho	Despacho
10534784	31/10/2017 17:33	Carta	Carta
12316414	30/01/2018 18:12	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
12316415	30/01/2018 18:12	Carta de Citação Devolvida	Aviso de Recebimento
12316633	30/01/2018 18:22	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
12316734	30/01/2018 18:27	Mandado	Mandado
13551279	11/04/2018 18:46	Certidão de Decurso de prazo-Autor	Certidão de Decurso de prazo
13977741	02/05/2018 09:12	Despacho	Despacho
14711214	07/06/2018 18:29	Mandado	Mandado

14883 038	18/06/2018 14:28	Diligência	Diligência
16178 011	24/08/2018 15:12	Petição	Petição
16178 013	24/08/2018 15:12	ARGEMIRO DE LIMA	Outros Documentos
18431 015	18/12/2018 14:59	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
19230 189	14/02/2019 17:04	Petição	Petição
19230 213	14/02/2019 17:04	COMPROVANTE DE ENDEREÇO	Outros Documentos
20351 896	05/04/2019 13:45	Petição	Petição
20351 921	05/04/2019 13:45	endereço atual	Outros Documentos

Petição, em anexo.



SARAIVA & ASSOCIADOS
AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, Nº 4510
BAIRRO MALVINAS – CEP 58.432.809.
PRÓXIMO AO HOSPITAL DE TRAUMA
CAMPINA GRANDE – PB
FONES: 83 – 3342-2704; 83- 9.9829-8855
E-mail: balbinoscg@hotmail.com

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE- PB.

ARGEMIRO DE LIMA, brasileiro (a), solteiro, vigilante, inscrito (a) no CPF sob nº 019.792.624-03, podendo ser intimado(a) no (a) Rua Coremas, Nº 233, Catolé, Campina Grande – PB, CEP: 58.100-000, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze de Maio, Condomínio Edifício Darke – 2º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-902, **expondo e requerendo ao final o seguinte:**

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a

SARAIVA & ASSOCIADO – I.O



assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

- P R E L I M I N A R M E N T E

O termo inicial de prescrição é a data da efetiva ciência, pelo segurado, da negativa de pagamento do seguro pela Seguradora, por força da *actio nata*, visto que a sua pretensão juridicamente protegida e, conseqüentemente, o interesse de agir, somente surge após a ciência da resposta desfavorável aos seus interesses.

Tal matéria é sumulada pelo STJ, através da Súmula 229:

"O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO".

No caso em tela, até a presente data a seguradora promovida não informou a posição do processo, sendo que, deveria proceder com transparência, se não for tomada uma posição com certeza se eternizara a inércia da requerida.

Sendo assim, não perdeu tempo e veio bater às portas do judiciário em busca de perceber o que é seu, por direito.

1. SINOPSE DOS FATOS:

No dia 27/09/2016 por volta das 20:20hrs, trafegava pela Rua Arius, bairro do Catolé, nesta cidade, conduzindo a motoneta Wuyang SY48Q-2, ano/modelo 2013/2014, cor vermelha, de placa QFN-6138/PB, licenciada em seu nome, quando foi atingido por um veículo de marca, placa e outras características não identificadas, inclusive o condutor, que ausentou-se do local sem prestar socorro ao declarante, que em decorrência do impacto perdeu o controle da motoneta e caiu ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para o hospital regional de emergência e trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme faz prova a Certidão de Ocorrência Policial e Boletim de Atendimento Médico, em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito requereu a indenização na via administrativa conforme registro de sinistro sob o nº 3170026623, em anexo, sendo que, a seguradora, negou o pagamento da indenização conforme documentos em anexo.

O fato é que não foram demonstrados os motivos da negativa a parte não tem acesso ao processo administrativo, os dados, critérios meios da avaliação do processo os meios pelo qual, chegou à seguradora ré a negar o pagamento da indenização. Inexiste



transparência, meios lícitos, que possa aquilatar a posição da autarquia.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer, administrativamente da decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedece apenas ao CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), SUSEP, sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros absolutamente nefastos onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente. A Demandada, ainda se recusa a recepcionar a documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar o DUT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº. 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra o dia 16 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória nº. 340/2006 (29/12/2006) aplica-se a primitiva redação da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei nº. 11.482/2007. Destarte, deve às seguradoras conveniadas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, não sendo lícito, a autarquia ré, pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização, das instituições em especial do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária, quanto aos critérios de pagamento as vitima de acidente de transito em nosso país.

2. DO DIREITO

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem "jus".

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:



"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso.

No mesmo curso:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei." (Grifo Nosso)

O Art. 333 do Código de Processo Civil determina que:

"O ônus da prova incumbe:

I - (.....)

I "I- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

O cidadão comum encontra-se a margem diante das varias alterações sofridas pela Lei n° 6.194/74, através da Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que alem de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

As modificações ainda atingiram as ações contra as seguradoras tratando-se do prazo prescricional, foi reduzido de 20 (vinte) para 03 (três) anos, ferindo direito adquiridos, visto que, a norma atingiu de morte o art. 177 do Código Civil de 1916, retirando, esmagando, extirpando, o direito do cidadão no que se refere a percepção a indenização, numa clara demonstração que as seguradoras foram as únicas beneficiarias, com as novas regras impostas.

4. DA JURISPRUDÊNCIA

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

"(AC n° 2012.018378-9, AC n° 2013.002870-9 e AC n° 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC n° 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC n° 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC n°



2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013)."

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: "Súmula 474/STJ:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

5. DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V.Ex.^a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
2. Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, a autora desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em autocomposição, visto que, em demandas similares inexiste qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;
3. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
4. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão;
5. Pugna o autor pela produção de prova pericial e requer juntada do processo administrativo liquidado pela seguradora;
6. Como no caso em tela o deslinde trata-se apenas na confecção da prova pericial, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;



7. Com fundamento no Art. 221, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);
8. Requer a produção de prova pericial cujos requisitos seguem ao pé desta;
9. Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente a honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;
10. Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei.

Dar-se à presente o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, PB, em 09/08/2016.

Emmanuel Saraiva Ferreira
OAB/PB - 16.928.



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.
(Assinatura - carimbo - CRM)



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr (a). ARGÊMIR DE LIMA,
brasileiro (a), SOLTEIRO, VIGILANTE, portador da
cédula de Identidade RG de nº 1.949.380 - órgão expedidor
SSP-PB e inscrito no CPF sob o nº 019.792.624-03, residente e
domiciliado no (a) R. CORREIAS,
nº 233, Bairro CASTOLÉ, cidade CAMPINA GRANDE, UF PB, CEP
58100-000. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na
forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na
AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS NA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE - PB. Afirma ainda ser
conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais
digno de registro, assina o presente.

Campina Grande, PB, em 12/02/17.

Argemir de Lima

Declarante



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: ARGEMIRO DE LIMA brasileiro (a),
SOLTEIRO, VIGILANTE, portador (a) do CPF nº
019 17921624/03 e no RG de nº 1.949.380, residente e domiciliado (a)
no(a) na Rua: COREMAS, nº 233, Bairro -
CATOLÉ, na Cidade de

CAMPINA GRANDE PB, nomeia e outorga poderes ao **Outorgado:** Bel.
EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB, podendo ser intimados na Rua
Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais
poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM
ESPECIAL DE INTENTAR A JURISDIÇÃO, COM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO
DPVAT, junto a Comarca de CAMPINA GRANDE - PB**, podendo o outorgado,
confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar
réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requer seguro de vida, junto bem
como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o
final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer
outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da PARAÍBA,
podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o
presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios sejam pagos na base
de 30%, (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em
liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme
pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada
mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que
surta seus jurídicos e legais efeitos.**

Campina Grande/PB, em 12 / FEVEREIRO / 2017.

Outorgante: x Argemiro de Lima

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá
nova redação ao art. 38 do CPC.



02.11.11

Argemiro de Lima

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 1.949.380.2ª Via DATA DE
EXPEDIÇÃO 26.12.1996

NOME ARGEMIRO DE LIMA

FILIAÇÃO José Florentino de Lima
Juvina Severina de Lima

Campina Grande-PB 13.06.1975
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.nasc.68301.1iv.A57.fls.53.2a.
DOC.ORIGEM

Cart. de C.Grande-PB.

CPF

Idoso Pessoa - PB

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.16 DE 29/08/83





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirio, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA
11666617
REFERÊNCIA

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS	SET/2016
--	----------

ELIANE ANDRADE DE LIMA
RUA CUREMAS 233

CATOLE

58410-308

CAMPINA GRANDE

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
018.05.240.0215	0	Residencial	Comercial	Industrial	Público	
		1	0	0	0	80472745
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y11X128840	07/11/2011	4	LIGADO	LIGADO		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
433	433	0	30	15/10/2016
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-HS				
MAR/2016	0	0	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
ABR/2016	6	0	COL.TERMOT	0 0 0
MAI/2016	6	32	COL.TOTAIS	185 185 185
JUN/2016	8	32	COR	185 185 180
JUL/2016	7	0	CLORO	185 185 183
AGO/2016	4	0	TURBIDEZ	185 185 180
MEDIA(M)	6	DADOS REFERENTES A: JUL/2016		

DATA DA LEITURA: 16/09/2016	HORA DA LEITURA: 10:44:29
DESCRICAÇÃO	CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 10,56 1,06 R\$11,62
050-ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT.	R\$0.23

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$1.07 PIS E COFINS. LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:	Total a Pagar:
07/10/2016	R\$11,85

v.16.7 R.1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA
CONDICAO DO FATURAMENTO: MEDIA TIPO DE TARIFA: SOCIAL
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)
NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.
INFORMACOES GERAIS:
PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DEBITO AUTO
MÁTICO.



MATRÍCULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
11666617	SET/2016	07/10/2016	R\$11,85

82670000000-1 11850010821-2 1666170920-3 16000000002-8



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, ARGEMIRO DE LIMA

RG nº 3949380, data de expedição 26/12/96, órgão SSP/PB,

CPF nº 039.792.624-03 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA CUREMAS</u>
Número	<u>233</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>CATOLÉ</u>
Cidade	<u>CAMPINA GRANDE</u>
Estado	<u>PÁRABA</u>
CEP	<u>58400-00</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 3342-2709</u>
E-mail	<u>ballinoneg@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Campina grande, 28/12/2016

Assinatura do Declarante:

Argemiro de Lima





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170026623 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ARGEMIRO DE LIMA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624**BENEFICIÁRIO** ARGEMIRO DE LIMA**CPF/CNPJ:** 01979262403**Posição em 10-02-2017 16:35:52**

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO
R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 005885/16

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 005885/16 registrada em 26/12/2016, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de 2016, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 09:27 horas, compareceu o Sr. ARGEMIRO DE LIMA, com 41 anos de idade, filho de JOSÉ FLORENTINO DE LIMA e JUVINA SEVERINA DE LIMA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, Solteiro, escolaridade Medio Completo, profissão VIGILANTE, portador da Cédula de Identidade Nº 1.949.380 - 2ª VIA, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 01979262403, residindo à rua CUREMAS, 233, bairro CATOLÉ, na cidade de Campina Grande - PB.

Declarou que:

Informa o declarante, que por volta das 20h20min do dia 27.09.2016, estava trafegando pela Rua Ariús, Bairro do Catolé, nesta cidade de Campina Grande/PB, conduzindo a motoneta I/WUYANG SY48Q-2, ano/modelo 2013/2014, cor vermelha, chassi nº LWYMCA20XE6004200, de placa QFN-6138/PB, licenciada em seu nome (Argemiro de Lima), quando foi atingido por um veículo de marca, placas e outras características não identificadas, inclusive o condutor, que ausentou-se do local sem prestar socorro ao declarante, que em decorrência do impacto perdeu o controle da motoneta e caiu ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares da CPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e pouca luminosidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica; Que, o declarante manifesta o desejo de não representar criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente, caso o mesmo seja identificado; Que, indica como testemunhas do fato Welles Almieda Silva, residente à Rua Ariús, 348, Bairro do Catolé, e Marcos Antonio Diniz, residente à Rua Trav. Oito de Dezembro, 21, Bairro do Catolé, todos nesta cidade. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Segunda-feira, 26 de Dezembro de 2016

ARGEMIRO DE LIMA

Declarante

Escrivão de Polícia

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB
Secretaria de Saúde do Município
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAMU Regional 192-CG



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que o SAMU 192 Regional – CG prestou atendimento pré-hospitalar ao paciente **Argemiro de Lima**, vítima de acidente de trânsito no dia 27 de Setembro de 2016, aproximadamente às 20hs49min, End. Rua Arius – Catolé, sendo o paciente atendido e encaminhado para o Hospital de Urgência e Trauma.

Campina Grande, 06 de Outubro de 2016.


Deoclécio F. Nascimento
Coordenação Administrativa

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191



Ficha de Acolhimento

Nome:	Angemira de Lima		
End:	238	Bairro:	Calafate
Data de Nascimento:	13.07.76	Documento de Identificação:	
Queixa:	Doi de	Data do Atend:	27.09.16
		Hora:	21:30
Acidente de trabalho?	() Sim	(X) Não	Documento:

Classificação de Risco

Nível de consciência:	() Bom () Regular () Baixo	Aspecto:	() Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória:		Frequência cardíaca:	
Pressão arterial:		Temperatura axilar:	
Dosagem de HGT:		Mucosas:	() Normocorada () Pálida
Deambulação:	() Livre () Cadeira de rodas () Måca		

MOD, 110

Estratificação

- Corrigido*
- (X) Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

- () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Isabele Lopes da Costa
Assinatura e carimbo do profissional
COREN-PB 421.116



[illegible]

FEEDBACK: interfere com formação de placa
①, seu desvio, cervicalto cervicalto +
adensamento amilactico + dentes.

[Handwritten signature]

DESTINO DO PACIENTE:

() Centro cirúrgico:

() Internação (setor):

() Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL

Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

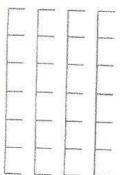
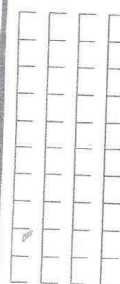
Ass. do paciente ou responsável (quando necessário

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO / PROCEDIMIENTO

CBO

IDADE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL

Processo nº 0806221-76.2017.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, vale registrar que é inconteste o fato de o seguro DPVAT indenizar sequelas decorrentes de acidente de trânsito, de acordo com respectiva tabela. Ou seja, não basta apenas a ocorrência do acidente e até mesmo a existência de ofensa física decorrente dele, é imprescindível que esta última tenha deixado sequela. Em princípio, uma lesão quando bem acompanhada e tratada, não necessariamente resulta em incapacidade, ainda que parcial incompleta.

No entanto, da narrativa dos fatos expostos na inicial, a parte promovente, em nenhum momento, indica qual a sua incapacidade permanente, consequência do acidente automobilístico, nem aponta documentos comprobatórios de sua debilidade. Limita-se a afirmar ter sofrido “ferimentos graves”.

Registre-se que a documentação médica acostada aos autos não indica que as lesões do acidente de trânsito deixaram sequela, muito menos se a suposta sequela se enquadra na tabela do seguro DPVAT.

Desse modo, não vislumbro onde está a indicação de enquadramento na tabela DPVAT, nem tão pouco, nenhum documento médico que informe tal situação. Ou seja, não há nem mesmo indício de que o acidente narrado na inicial, inobstante tenha atingido a integridade física do autor, resultou em consequência a ser enquadrada na tabela DPVAT.

Tenho, então, que da narrativa dos autos não decorre logicamente o pedido, já que não se descreve/aponta objetiva e especificamente qual a incapacidade total ou parcial, se parcial completa ou incompleta que acomete ao promovente e que tenha sido consequência do acidente de trânsito, nem tão pouco existe nenhum documento médico que sugira tal situação, devendo existir indicação do seguimento da tabela onde a parte se enquadra e não ser atribuída tal responsabilidade, de forma isolada, à perícia médica a se realizar em juízo.



Neste sentido, a perícia é um meio de prova a corroborar o que estiver sendo informado pela parte, mas isso deve acontecer primeiro, ou seja, se delimitar exatamente o que se quer provar com a perícia, sob pena de configuração de pedido genérico.

Ressalte-se que a simples lesão por ocasião do acidente de trânsito não justifica pagamento de indenização do seguro DPVAT, pois com o tratamento adequado pode inexistir sequelas, diminuição de função do membro ou algo que o valha.

Não se tem mais como admitir cobranças de ações de seguro DPVAT sem o apontamento objetivo, pela própria parte autora, da invalidez que acredita possuir em decorrência de acidente de trânsito, nem tão pouco documento médico que se apresente pelo menos como início de prova nesse sentido. A simples declaração da parte lança a responsabilidade de comprovação unicamente para a perícia judicial, fazendo com que desapareça até mesmo o interesse processual, por não se vislumbrar, nem mesmo de forma indiciária, a utilidade do processo para a parte requerente.

Isto posto, **intime-se** a parte autora para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias (art. 321 do CPC), sob pena de indeferimento da petição inicial, apontando objetivamente em que consiste a sequela do acidente e que, na sua ótica, é passível de indenização pelo seguro DPVAT, apontando, objetivamente, em que seguimento da tabela DVPAT deve ser enquadrado, do contrário não se tem como concluir pelo pedido de pagamento sem que haja esse relato na petição inicial (art. 330, §1º, III, do CPC), bem como apresentar documento médico ou qualquer outro que se mostre como início de prova a justificar a provocação judicial (art. 320 do CPC), que tenho, no caso concreto, como documento essencial à propositura da ação.

Ademais, na mesma oportunidade, **intime-se** o Promovente para, em igual prazo, esclarecer (documentalmente) a posição do pedido administrativo, já que consta no Id 7398387 que o pedido de indenização foi cancelado (e não negado) e que “*para maiores informações procure a seguradora responsável pelo processo*”, embora tenha alegado, na inicial, que não teve acesso aos motivos da negativa, bem como ao processo administrativo.

Cumpra-se.

Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

Juiz(a) de Direito





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0806221-76.2017.8.15.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte promovida, por seu advogado, do despacho/decisão/ato ordinatório/sentença abaixo:

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, vale registrar que é inconteste o fato de o seguro DPVAT indenizar sequelas decorrentes de acidente de trânsito, de acordo com respectiva tabela. Ou seja, não basta apenas a ocorrência do acidente e até mesmo a existência de ofensa física decorrente dele, é imprescindível que esta última tenha deixado sequela. Em princípio, uma lesão quando bem acompanhada e tratada, não necessariamente resulta em incapacidade, ainda que parcial incompleta.

No entanto, da narrativa dos fatos expostos na inicial, a parte promovente, em nenhum momento, indica qual a sua incapacidade permanente, consequência do acidente automobilístico, nem aponta documentos comprobatórios de sua debilidade. Limita-se a afirmar ter sofrido “ferimentos graves”.

Registre-se que a documentação médica acostada aos autos não indica que as lesões do acidente de trânsito deixaram sequela, muito menos se a suposta sequela se enquadra na tabela do seguro DPVAT.

Desse modo, não vislumbro onde está a indicação de enquadramento na tabela DPVAT, nem tão pouco, nenhum documento médico que informe tal situação. Ou seja, não há nem mesmo indício de que o acidente narrado na inicial, inobstante tenha atingido a integridade física do autor, resultou em consequência a ser enquadrada na tabela DPVAT.



Tenho, então, que da narrativa dos autos não decorre logicamente o pedido, já que não se descreve/aponta objetiva e especificamente qual a incapacidade total ou parcial, se parcial completa ou incompleta que acomete ao promovente e que tenha sido consequência do acidente de trânsito, nem tão pouco existe nenhum documento médico que sugira tal situação, devendo existir indicação do seguimento da tabela onde a parte se enquadra e não ser atribuída tal responsabilidade, de forma isolada, à perícia médica a se realizar em juízo.

Neste sentido, a perícia é um meio de prova a corroborar o que estiver sendo informado pela parte, mas isso deve acontecer primeiro, ou seja, se delimitar exatamente o que se quer provar com a perícia, sob pena de configuração de pedido genérico.

Ressalte-se que a simples lesão por ocasião do acidente de trânsito não justifica pagamento de indenização do seguro DPVAT, pois com o tratamento adequado pode inexistir sequelas, diminuição de função do membro ou algo que o valha.

Não se tem mais como admitir cobranças de ações de seguro DPVAT sem o apontamento objetivo, pela própria parte autora, da invalidez que acredita possuir em decorrência de acidente de trânsito, nem tão pouco documento médico que se apresente pelo menos como início de prova nesse sentido. A simples declaração da parte lança a responsabilidade de comprovação unicamente para a perícia judicial, fazendo com que desapareça até mesmo o interesse processual, por não se vislumbrar, nem mesmo de forma indiciária, a utilidade do processo para a parte requerente.

Isto posto, **intime-se** a parte autora para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias (art. 321 do CPC), sob pena de indeferimento da petição inicial, apontando objetivamente em que consiste a sequela do acidente e que, na sua ótica, é passível de indenização pelo seguro DPVAT, apontando, objetivamente, em que seguimento da tabela DVPAT deve ser enquadrado, do contrário não se tem como concluir pelo pedido de pagamento sem que haja esse relato na petição inicial (art. 330, §1º, III, do CPC), bem como apresentar documento médico ou qualquer outro que se mostre como início de prova a justificar a provocação judicial (art. 320 do CPC), que tenho, no caso concreto, como documento essencial à propositura da ação.

Ademais, na mesma oportunidade, **intime-se** o Promovente para, em igual prazo, esclarecer (documentalmente) a posição do pedido administrativo, já que consta no Id 7398387 que o pedido de indenização foi cancelado (e não negado) e que “*para maiores informações procure a seguradora responsável pelo processo*”, embora tenha alegado, na inicial, que não teve acesso aos motivos da negativa, bem como ao processo administrativo.

Advogado: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB: PB16928 Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 3 de julho de 2017.



De ordem, ANALINE BORGES CIRNE



PETIÇÃO EM PDF, EM ANEXO.



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA**

Proc. N.º 0806221-76.2017.8.15.0001.

Douto Julgador,

ARGEMIRO DE LIMA, já qualificado nos autos da ação em epígrafe em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A.**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao R. Despacho, para expor e requer o que segue:

Esclarece que no dia **27/09/2016**, por volta das 20h20min, o autor envolveu-se em acidente de trânsito (**queda de motocicleta**), causando ao promovente **grave lesão em membro inferior direito (fratura da Fíbula direita)**, que acabou resultando na incapacidade permanente deste membro, como se verá nas linhas abaixo, sendo o mesmo socorrido pelo SAMU para o **HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE/PB (fls. 02-05 do ID 7398392)**, fato este registrado pela autoridade policial como consta o **Boletim de Ocorrência**, em ID 7398391.

O requerente foi submetido às intervenções medica, devido às lesões, **cujo dano corporal repercute na funcionalidade completa do membro inferior direito**, dentre outras complicações físicas, sendo necessário tratamento conservador , conforme atesta o Dr. João Paulo Oliveira, médico ortopedista e traumatologista, em fls. 5 do ID7398392.

Portanto, o Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o percentual de 70% (setenta por cento) do valor total do seguro, haja vista a **“perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores”**, tal valor corresponde à R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais), acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da data do evento danoso.

I. DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS

O autor junto à lide em sua peça preambular Laudo Médico firmado por profissional competente, fazendo, assim prova de sua invalidez.

Entretanto, pugnou, também por uma Perícia Médica para comprovar o que foi dito, pois tal instrumento qualificará e quantificará as seqüelas decorrentes do acidente.



O autor juntou também, “in initio”, o documento policial que dá notícia do acidente. Tal certidão tem fé pública, lavrada por autoridade competente e, portanto serve adequadamente a comprovar o sinistro.

II. DAS PROVAS A PRODUZIR

Em dezembro de 2009, tivemos o surgimento da lei nº 11.945 que introduziu a famigerada tabela de gradação da perda funcional/debilidade apresentada no membro para fins de pagamento do valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Sendo assim, basta tão somente a realização da prova pericial quantificada em percentuais para poder as vítimas de acidente de trânsito ser indenizadas.

Observa-se, ainda, que existe convenio firmado entre o TJ/PB, e a Seguradora Líder, possibilita ao Juízo, a confecção da prova pericial, nomeando perito de sua confiança, para que finalmente, possa o Magistrado possa proferir o seu veredicto.

III. DA ASSINATURA DE CONVENIO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA COM A SEGURADORA LIDER.

A Seguradora Líder firmou acordo com o TJ/PB, no sentido de arcar com as despesas para que demandas como a reportada em tela possam ter um desfecho mais célere, visto que, os deslindes de tais fatos tratam tão somente a realização da prova pericial.

O art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74, que basta tão somente a realização da prova pericial, quantificada em percentuais para poder as vítimas de acidente de trânsito serem indenizadas.

Segundo ainda o acordo, os Magistrados, poderá indicar médicos de sua confiança para realizarem tais periciais, as quais terão um custo de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo pago pela autarquia.

Dessa forma fica evidenciado que diante do fato de que o deslinde de tais demandas basta tão somente a realização da prova pericial, torna-se totalmente desnecessária a realização até mesmo de audiência de conciliação e instrução, posto que a matéria a ser analisada é meramente pericial.

IV. SOBRE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

A parte autora Demandou na via administrativa o processo do Seguro DPVAT, tento remetido seu processo para Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A., conforme Registro de Sinistro sob o nº 3170/026623, em anexo, onde coube a esta empresa regular o pedido, entretanto até agora não deu solução ao requerimento administrativo do autor, negando ou deferindo o pagamento, quando na verdade cancelou o pedido de indenização do autor.



SINISTRO 3170026623 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ARGEMIRO DE LIMA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
#624

BENEFICIÁRIO ARGEMIRO DE LIMA

CPF/CNPJ: 01979262403

Posição em 03-08-2017 10:51:57

Pedido de indenização cancelado.

Observa-se, que autor atendeu todas as exigências da requerida nos autos do processo administrativo, porém, o requerente tem encontrado resiliência ou até mesmo mora da Seguradora em responder a seu pedido.

Vale ressaltar que a Lei 6.194/74, determina que o prazo para emissão do parecer final é de 30 a contar da data da entrega da documentação completa, porém, a requerida fazendo uso de circulares oriundas da SUSEP, e CNSP edita novas “regras” administrativas para dificultar e procrastinar o pagamento das liquidações.

“

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

”

Sendo assim, sabendo o autor da má-vontade da seguradora em apreciar o seu pedido, e, também, para evitar o perecimento do seu direito, resolveu buscar a prestação jurisdicional sem esgotar a via administrativa buscada, exercendo o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, CF art.5º XXXV.

V. DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V. Exa., nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, c/c Convenio firmado entre TJ/PB e Seguradora Líder, que seja designado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova pericial, sendo devidamente reportado a extensão do dano e sua repercussão funcional em relação ao membro atingido, sendo desta forma feita a mais lidima Justiça.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

SARAIVA & ASSOCIADOS – I.O.



Campina Grande, PB, em 03/08/17.

EMMANUEL SARAIVA FERREIRA
Advogado

SARAIVA & ASSOCIADOS – I.O.



Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 03/08/2017 11:43:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17080311431266800000008822149>
Número do documento: 17080311431266800000008822149

Num. 9013905 - Pág. 4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL

Processo nº 0806221-76.2017.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que a parte autora pleiteia o pagamento de indenização atinente ao mencionado seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC/2015, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as Seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, *infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.*

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte promovida, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Por fim, **defiro** o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.



Cumpra-se.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ARGEMIRO DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, **CITO Vossa Senhoria SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, com endereço na Avenida Treze de Maio, Edifício Darke, S/N, 2º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-902, para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Campina Grande, 31 de outubro de 2017

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Téc./ Anal. Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	17041315552205100000007253460



INICIAL	Outros Documentos	17041315534299900000007253474
DEC DE POBREZA E PROCURACAO	Outros Documentos	17041315535424000000007253478
DOC PESSOAL	Outros Documentos	17041315541533500000007253483
ENTRADA ADM	Outros Documentos	17041315542328700000007253484
B.O.	Outros Documentos	17041315544493400000007253488
DOC MEDICA	Outros Documentos	17041315550356500000007253489
Despacho	Despacho	17063012041593000000008327197
Mandado	Mandado	17070317454695000000008363347
Petição	Petição	17080311432606600000008822073
EMENDAR INICIAL - ARGEMIRO DE LIMA	Outros Documentos	17080311431266800000008822149
Despacho	Despacho	17080410095253700000008834049



CERTIDÃO

Certifico que, a Carta de Citação foi devolvida juntamente com o AR.

30 de janeiro de 2018

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM AFFONSO CAMPOS
3ª VARCA CÍVEL
Rua Vice Prefeito Antônio de Carvalho Souza, s/n
CEP: 58.410-050 - Estação Velha
Campina Grande - PB

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ilmo(a). Sr(a).
**REPRESENTANTE LEGAL DA SEGURADORA LÍDER
DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**
Avenida Treze de Maio, Edifício Darke, s/n, 2º andar, Centro
CEP: 20.031-902 - Rio de Janeiro - RJ.
Processo nº 0806221-76.2017.8.15.0001

ENDE: ☐ NÚMERO INEXISTENTE ☐ NÚMERO INSUFICIENTE ☐ FALTOU

CEP: 20.031-902

DECL: ☐ EMS ☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75242023-0 F00463 / 16 114 x 166 mm



		AVISO DE RECEBIMENTO AVIS. CN07	AR	J R 6 3 2 0 4 6 2 8 8
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIV		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		: h : h		
PREENCHER COM LETRA DE FORMA				
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR				
ESTADG DA PARAIBA PODER JUDICIÁRIO FÓRUM AFFONSO CAMPOS 8ª VARA CÍVEL Rua Vice Prefeito Antônio de Carvalho S CEP: 58.410-047 - Estação Velh Crimina Grande - PB				
CIDADE / LOCALITE				



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Ilmo(a). Sr(a).
**REPRESENTANTE LEGAL DA SEGURADORA LÍDER
DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**
Avenida Treze de Maio, Edifício Darke, s/n, 2º andar, Centro
CEP: 20.031-902 - Rio de Janeiro - RJ.
Processo nº 0806221-76.2017.8.15.0001

		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY
<input checked="" type="checkbox"/> AR	<input type="checkbox"/> MP	PESO / WEIGHT (kg)
J R 6 3 2 0 4 6 2 8 8 B R		



Praça João Pessoa, s/n • CEP: 58013-902 - João Pessoa - Paraíba
PABX: (83) 3216-1400 • www.tjpb.jus.br





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ARGEMIRO DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO n° 1, do Anexo D, praticado nos termos do Provimento CGJ n° 04/2014, por:

☒ (X) mandado via sistema

☐ () precatória

☐ () ofício n° _____

☐ () via postal

☐ () edital

☐ () em cartório

☐ () outros _____

ANEXO D – ATOS ORDINATÓRIOS EM FACE DA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.



1. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.

2. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.

3. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.

4. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.

5. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.

6. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.

7. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar prova das publicações do edital de citação.

8. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID .

9. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID.
_____.

10. Expedir nova citação.

11. Expedir nova intimação.

Campina Grande-PB, 30 de janeiro de 2018

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI

Anal./Téc. Judiciário





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ARGEMIRO DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço completo da parte Promovida, tendo em vista a devolução da carta de citação.

Advogado: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB: PB16928

Campina Grande, 30 de janeiro de 2018.

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ARGEMIRO DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO AUTORA

Certifico e dou fé que, o prazo da parte autora, referente à intimação ID 12316734, decorreu no dia 20/02/2018, conforme o print abaixo:

Mandado (1403874) EMMANUEL SARAIVA FERREIRA Expedição eletrônica (30/01/2018 18:27:20) O sistema registrou ciência em 09/02/2018 23:59:59 Prazo: 5 dias	20/02/2018 23:59:59 (para manifestação)
--	--

Campina Grande, 11 de abril de 2018

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI

Téc./Anal. Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL

Processo nº 0806221-76.2017.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Paralisados por mais de 30 (trinta) dias os presentes autos, **intime-se** o Demandante, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, atendendo ao despacho retro, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC/2015.

Cumpra-se.

Campina Grande, 02 de maio de 2018.

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juiz(a) de Direito



8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: ARGEMIRO DE LIMA

Endereço: Rua Coremas, 233, Catolé, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58407-443

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Edifício Darke_**, S/N, 2 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-902

**MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)**

A MM. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível de Campina Grande, manda o oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME a parte AUTORA: ARGEMIRO DE LIMA, inscrito no CPF nº 0 1 9 . 7 9 2 . 6 2 4 - 0 3 ,**

Endereço: Rua Coremas, nº 233, Catolé, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58407-443 para, no prazo de 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, **informando o atual endereço da parte Promovida, tendo em vista a devolução da carta de citação**, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC/2015.

Campina Grande, 7 de junho de 2018.

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI

Técnica Judiciária



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que deixei de cumprir o presente mandado em virtude de não localizar a parte mencionada. O Sr. ARGEMIRO DE LIMA, encontra-se morando em outro local, sem endereço conhecido, conforme informações de seus familiares, que prontificaram-se em informá-lo acerca do teor deste Mandado. Dou fé.

18 de junho de 2018

HELIO DOS SANTOS LEITE



EM ANEXO.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.

Processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

ARGEMIRO DE LIMA, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Cobrança em epígrafe que move contra a demandada, em trâmite neste M. Juízo, vem, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho deste Juízo, expor e ao final requerer o seguinte:

Douto Julgador, informa a parte autora que o endereço da Ré, conforme pode ser verificado no sítio eletrônico da mesma, está sediada a Rua da Assembleia, número 100 - 16º Andar - Ed City Tower, Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-904, Tel: 0800 022-1204.

Ainda, quanto a citação da Ré, este Juízo poderá determinar que a mesma seja feita através de meio eletrônico, *conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil*, considerando que a requerida, assim como todas as outras autarquias federais, possuem cadastrado vinculado ao sistema PJE, facilitando assim, bem como permitindo, que a citação seja feita por meio eletrônico, proporcionando a celeridade e economia processual.

Pelo exposto, requer a V. Exa., pelo prosseguimento da presente demanda, determinando a citação eletrônica do Réu, nos moldes do Art. 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, sendo desta forma, feita a mais lúdima Justiça.



Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campina Grande - Paraíba, aos 21 de agosto de 2018.

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira
OAB/PB 16.928





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0806221-76.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ARGEMIRO DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO n° 10, do Anexo D, praticado nos termos do Provimento CGJ n° 04/2014, por:

- ☐ mandado via sistema
- ☐ mandado via Oficial de Justiça
- ☐ precatória
- ☐ ofício
- ☒ via postal
- ☐ edital
- ☐ em cartório
- ☐ outros - _____

ANEXO D – ATOS ORDINATÓRIOS EM FACE DA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.



1. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.
2. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.
3. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.
4. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.
5. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.
6. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.
7. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar prova das publicações do edital de citação.
8. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID .
9. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID.
_____.
- 10. Expedir nova citação.**
11. Expedir nova intimação.

Campina Grande-PB, 18 de dezembro de 2018

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI

Anal./Téc. Judiciário



CAMPINA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Emmanuel Saraiva Ferreira

Wamberto Balbino Sales

Rua Floriano Peixoto nº 4519

Malvinas-Campina Grande-PB

Tel. (84) 99991-1313

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO 8º VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPINA
GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo: 0806221.76.2017.815.0001

Parte Autora: ARGEMIRO DE LIMA

Promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Douto Julgador,



ARGEMIRO DE LIMA, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho proferido nos autos, expor e ao final Requerer o Seguintes:

Requerer a **JUNTADA DOS DOCUMENTOS**, comprovante de residência, o qual deverá ser acostado aos autos em tela, para que seja assim dada continuidade no processo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campina Grande

- Paraíba, aos 13 de FEVEREIRO de 2019.

Bel. Emmanuel Saraiva

Ferreira

OAB/PB 16.928





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE - CAGEPA - 220 - JAGUARIBE JOAO PESSOA PB 58015-570
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - ISMC-ESTADUAL N° 160572029
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

N° Documento: 20181211666617

ESCRITÓRIO

CAMPINA GRANDE

CÓDIGO PARA
DÉBITO AUTOMÁTICO
01166661.7

MATRÍCULA 01166661.7
CLIENTE ELIANE ANDRADE DE LIMA
CPF/CNPJ: 892.XXX.XXX-XX

VENCIMENTO
08/01/2019

INSCRIÇÃO 018.005.240.0215.000
ENDEREÇO DO IMÓVEL RUA CUREMAS, 233 - CATOLE CAMPINA GRANDE PB 58410-308
FATURA 12/2018

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA ESGOTO
LIGADO LIGADA

ÚLTIMOS CONSUMOS

11/2018 -	10	10/2018 -	10
09/2018 -	13	08/2018 -	8
07/2018 -	10	06/2018 -	9
ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR	
1	10	H 60AL53010	

LEITURA		CONSUMO		CONSUMO/DIA
ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
676	686	10	30	0,34
17/11/2018	17/12/2018	N°Hm: Y11X128840		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

AGUA
RESIDENCIAL 001 UNIDADE
CONSUMO DE AGUA
ESGOTO
RESIDENCIAL 001 UNIDADE
CONSUMO DE ESGOTO

10 M3

37,91

10 M3

30,33

Valor aproximado dos tributos PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012. R\$ 10,27

TOTAL

R\$

68,24

****AVISO**** A CAGEPA, EM ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL N 8.767 DE 15/04/2009, COMUNICA QUE REALIZARA AUDIENCIA PUBLICA, COM O OBJETIVO DE DAR CONHECIMENTO E FUNDAMENTAR PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFARIO.
LOCAL: AUDITORIO DA CINEP NA AV. FELICIANO CIRNE, N 50 - JAGUARIBE - NO DIA 18/01/2019 AS 14:00H.

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 11/2018

Anexo 20 Portaria 05/2017 MS

Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio
Turbidez	0,81	Cor Aparente	6,60	Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)	1,13	p.H.	7,20	Colif. Termotolerantes			

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



CAMPINA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Emmanuel Saraiva Ferreira

Wamberto Balbino Sales

Rua Floriano Peixoto nº 4519

Malvinas-Campina Grande-PB

Tel. (84) 99991-1313

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO 8º VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE,
ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo:0806221.76.2017.815.0001

Parte Autora: ARGEMIRO DE LIMA

Promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Douto Julgador,

ARGEMIRO DE LIMA, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho proferido nos autos, expor e ao final Requerer o Seguintes:

Informa o Autor por residir em casa alugada, e ter terminado seu contrato de locação, requer que seja juntada novo documento de comprovante de residência, o qual deverá ser acostado aos autos em tela, para que seja assim dada continuidade no processo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campina Grande - Paraíba, aos 05 de Abril de 2019.

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira

OAB/PB 16.928





JUVINA SEVERINA DE LIMA
RUA FRANCISCO MELOUADES, 426
CAMPINA GRANDE / PB CEP: 58400000 (AG. 401)



Ligação: MONOFÁSICO
Cis/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Referência: Mar/2019
Medidor: 0000000131C
Emissão: 20/03/2019

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR230 - KM 158 - Alça Sudoeste - Três Irmãos - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ: 08.265.990/0001-95 Insc. Est. 16.003.839-1

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 003 305 881
Cód. para Débito Automático: 00000263855

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Mar / 2019	20/03/2019	18/04/2019	963.936.534-34

UC (Unidade Consumidora): 4/26385-5

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 19/02/19	Leitura 39954	Data 20/03/19	Leitura 40004	
		1	50	28

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alíq.	ICMS (R\$)	Base Calc. Pto (R\$)	Cofins (R\$)	
0801	Consumo em kWh	0,000 0754930	37,74	37,74	25	9,43	37,74	0,40	1,88
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 02/2019		0,09	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 02/2019		0,71	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	TOTAL	38,54	37,74	9,43	37,74	0,40	1,88
Tarifa s/ Tributos:	0,52022C						

Média últimos meses (kWh) 55

VENCIMENTO 27/03/2019

TOTAL A PAGAR R\$ 38,54

Histórico de Consumo (kWh)

60	57	58	54	57	52	54	63	48	50	62	48
Mar/18	Abr/18	Maio/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19

RESERVADO AO FISCO

8507.a69d.a24e.b85a.68ab.9c39.9e46.1bc0.

Indicadores de Qualidade 1/2019-BORBOREMA

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,65	0,00	NOMINAL 220	Serviços de Dist. da Energisa/BO	8,16	21,17
DIC TRIMESTRAL	11,10			Compra de Energia	13,85	35,42
DIC ANUAL	22,21			Serviço de Transmissão	1,73	4,48
FIC MENSAL	3,30	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231	Encargos Setoriais	2,49	6,48
FIC TRIMESTRAL	8,80			Impostos Diretos e Encargos	12,51	32,46
FIC ANUAL	13,20			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	3,20	0,00				
DICRI	12,22					
				Total	38,54	100,00

Valor do EUSD (Ref. 1/2019) R\$ 14,32

ATENÇÃO

Reajuste Tarifário-Vigência: 04/02/19-Res. ANEEL nº 2.512-Alta Tensão: 3,91% Médio
Reajuste Tarifário-Vigência: 04/02/19-Res. ANEEL nº 2.512-Baixa Tensão: 4,80% Médio

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 05/04/2019 13:45:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040513442156100000019797699>

Número do documento: 19040513442156100000019797699